

Magistratura Rio Grande do Sul Concurso 2000

Prova Preambular (1ª Fase)

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Em sua primeira edição deste ano, a revista semanal inglesa *New Scientist* publicou um artigo sobre a morte de milhares de idiomas que ainda hoje são falados. Segundo Gail Vines, que assina o texto, existem cerca de 6.000 línguas vivas. Metade delas deve sumir nos próximos cem anos. Pelo menos 2.000 já se encontram ameaçadas de extinção: nenhuma é falada por mais de 1.000 pessoas. Cinco línguas (o inglês, o russo, o espanhol, o chinês e o hindi) representam metade dos humanos vivos. A diminuição da diversidade lingüística é inexorável. Milhares de identidades culturais e lingüísticas estão virando poeira no passado.

Embora não possamos atribuir um valor exagerado ao desaparecimento de culturas e idiomas – a marcha da civilização pressupõe a destruição de outras civilizações, e sempre foi assim –, é bastante esclarecedor ver como se dão esses desaparecimentos em nossos dias. A televisão e os meios eletrônicos não podem ser responsabilizados pelo estrago, mas assumem o papel destacado em arrematar o serviço: são veículos de comunicação, ou melhor, veículos da globalização, ou pior, veículos da supremacia da palavra do mais forte sobre a palavra do mais fraco. A TV cobra o sacrifício dos idiomas mais frágeis. Ao abarcar mais e mais públicos, ela pressiona pela de uma linguagem sobre outras. Atraídos pela luminescência de novos mundos, os telespectadores apenas aderem – e aceitam entender a língua que ela fala. A conquista se processa pela adesão dos conquistados. Mais: as migrações já não acontecem apenas de uma terra para outra, mas de uma língua para outra, para a língua que reina nos meios eletrônicos. Há povos inteiros migrando sem sair do lugar.

Sobre isso, Gail Vines cita a opinião de Rupert Murdoch, o mais famoso magnata da mídia mundial, para quem a homogeneização lingüística é uma força em prol da harmonia global e da eficiência econômica. O magnata analisa o caso da Índia: “Com o advento dos meios eletrônicos, o hindi finalmente se espalhou, porque todo mundo quer ter acesso à TV de melhor programação” (Traduzindo: para que o hindi triunfasse, outros idiomas se renderam, mas Murdoch vê aí um evento positivo). Um fenômeno semelhante ao da Índia pode acontecer na China. “Nesse caso”, prossegue Murdoch, “nós obteremos mais do que prosperidade econômica em nossas redes. Obteremos também ordem e, sobretudo, paz”

(Mais uma observação: ordem e paz aparecem aqui como consequência da eliminação das diferenças).

Eis o contexto em que ocorrem as megafusões envolvendo as grandes empresas de telecomunicações, de computadores, de entretenimento e empresas jornalísticas. Tudo vai se misturando em monstros que abraçam o planeta inteiro de uma vez só. As fusões não surgem apenas como consequência da globalização: parecem ter vindo para acelerá-la violentamente, tanto no plano econômico como no plano – a palavra é inevitável – ideológico. É por isso que, assim como esvaziam os tesouros culturais, produzem o efeito de desestimular o exercício da crítica (e a crítica constitui o oxigênio da vida democrática). (Adaptado de BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996)

01. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 02, 14 e 16, respeitando-se o contexto em que ocorrem.

- (A) iminente – prevalência – a-crítica
- (B) eminente – premência – acrítica
- (C) iminente – premência – a-crítica
- (D) eminente – prevalência – acrítica
- (E) iminente – prevalência – acrítica

02. Em relação ao texto, é incorreto afirmar que o autor

- (A) registra que o desaparecimento de línguas é um fenômeno deste século, surgido em função da globalização.
- (B) lança mão de quantidades numéricas relativas a línguas, falantes e períodos de tempo, para comprovar a afirmação central do texto.
- (C) apresenta um paradoxo relativo a migrações populacionais que ocorrem sem um correspondente deslocamento geográfico.
- (D) considera que a globalização não apenas provoca as megafusões como também é potencializada por estas.
- (E) discorda da visão otimista de Murdoch em relação às consequências da crescente influência da mídia e do predomínio resultante de uma língua sobre outras.

03. Considere a hipótese de substituição da expressão os telespectadores, na linha 15, por o público e as afirmações abaixo sobre as consequências lingüísticas de tal substituição no âmbito da frase em que ela se insere.

- I - Apenas palavras que seguem a expressão deveriam sofrer ajustes de concordância.
- II - Entre as palavras a serem ajustadas para fins de concordância, está um advérbio de modo.
- III - Entre as palavras a serem ajustadas para fins de concordância, estão duas formas verbais que pertencem a verbos de conjugações diferentes.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas III
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III

(E) I, II e III

04. Orações adjetivas podem servir ou para restringir ou para complementar o sentido de seu antecedente. Qual das orações adjetivas abaixo não cumpre a mesma função que as citadas nas demais alternativas?

- (A) que ainda hoje são falados (linha 02)
- (B) que assina o texto (linha 02)
- (C) que reina nos meios eletrônicos (linha 17)
- (D) em que ocorrem as megafusões (linha 27)
- (E) que abraçam o planeta inteiro de uma vez só (linha 29)

Instrução: Para responder às questões de números 05 e 06, considere as palavras abaixo, retiradas do texto.

- (A) semanal (linha 01) ~ inexorável (linha 06)
- (B) identidades (linha 06) ~ telespectadores (linha 15)
- (C) culturais (linha 06) ~ econômica (linha 25)
- (D) pressupõe (linha 09) ~ megafusões (linha 27)
- (E) arrematar (linha 11) ~ magnata (linha 19)

05. Escolha a alternativa cujas palavras contêm sufixos que formam adjetivos a partir de substantivos.

06. Escolha a alternativa cujas palavras contêm prefixos.

07. Metáforas ocorrem, no texto, nas orações iniciadas por

- (A) Milhares de identidades (linha 06), O magnata (linha 21) e Mais uma observação (linhas 25-26).
- (B) Milhares de identidades (linha 06), O magnata (linha 21) e Tudo vai (linha 28).
- (C) Milhares de identidades (linha 06), Tudo vai (linha 28) e e a crítica (linha 32).
- (D) O magnata (linha 21), Mais uma observação (linhas 25-26) e e a crítica (linha 32).
- (E) Mais uma observação (linhas 25-26), Tudo vai (linha 28) e e a crítica (linha 32).

08. Analise as afirmações abaixo relativas à seguinte passagem do texto:

são veículos de comunicação, ou melhor, veículos da globalização, ou pior, veículos da supremacia da palavra do mais forte sobre a palavra do mais fraco (linhas 11-13)

- I - A expressão ou melhor é costumeiramente usada para introduzir reparos ou explicitações de algo que foi anteriormente dito.
- II - Das três construções nominais iniciadas por veículos, a terceira apresenta uma versão crítica da segunda.
- III - As três construções nominais iniciadas por veículos exercem a mesma função sintática em relação à forma verbal são.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II

- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

09. Considere as seguintes sugestões de deslocamento e substituição de palavras e expressões do texto.

- I - Deslocamento de mais famoso (linha 19) para depois de magnata.
- II - Substituição de Eis (linha 27) por Tal é.
- III - Deslocamento de violentamente (linha 30) para depois de vindo.

Quais dentre elas mantêm o significado das frases em que se encontram?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

10. A estrutura de um texto é construída, entre outros recursos, pelo uso de palavras e expressões que remetem a passagem anteriores ou posteriores do próprio texto. No caso do texto em pauta, tal recurso é largamente usado. Assinale a alternativa em que as palavras citadas referem-se apenas a trechos anteriores no texto.

- (A) o texto (linha 02) ~ delas (linha 03)
- (B) delas (linha 03) ~ Cinco línguas (linha 04)
- (C) o serviço (linha 11) ~ a opinião (linha 19)
- (D) a opinião (linha 19) ~ aí (linha 23)
- (E) o caso da Índia (linha 21) ~ aí (linha 23)

11. Considere as assertivas abaixo.

- I - A Federação é a forma de governo adotada pelo Brasil desde a Constituição de 1891.
- II - Lei da União sobre normas gerais prevalece sobre lei estadual e municipal.
- III - Os Municípios integram a Federação Brasileira, dispondo de autonomia administrativa, mas não de autonomia política.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

12. Considere as assertivas abaixo.

- I - Qualquer pessoa natural tem legitimidade para ajuizar a ação popular.
- II - O mandado de segurança é remédio constitucional para proteção apenas de direito subjetivo individual.
- III - A ação civil pública é instrumento processual que somente pode ser promovida nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) Nenhuma delas

13. Considere as assertivas abaixo.

- I - A Constituição Brasileira, tendo em vista o estado democrático de direito que institui, proíbe delegação de poderes.
- II - A intervenção da União nos Estados, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, depende de apreciação pelo Congresso Nacional.
- III - Em caso de descumprimento de ordem judicial pelo Executivo Estadual, a intervenção da União faz-se por requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Superior Tribunal Eleitoral.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

14. Considere as assertivas abaixo.

- I - Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal poderá suspender os efeitos das decisões judiciais transitadas em julgado referentes ao objeto da arguição.
- II - No controle direto de constitucionalidade por ação direta, o deferimento da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior, salvo decisão em contrário.
- III - No controle difuso de constitucionalidade, a decisão judicial tem eficácia contra todos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

15. Considere as assertivas abaixo.

I - Os direitos-liberdades consagrados no art. 5º da Constituição Federal admitem restrição pelo legislador ordinário.

II - Cabe ao Congresso Nacional, no estado de sítio, suspender as garantias fundamentais.

III - Os magistrados podem ser postos em disponibilidade em razão do interesse público.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

16. Assinale a assertiva incorreta.

(A) Os titulares legitimados para ação direta de inconstitucionalidade podem propor ação popular.

(B) Os cidadãos podem exercer o poder democrático através de plebiscito e referendo, ou indiretamente.

(C) Um indivíduo nascido fora do território brasileiro não está, só por isso, impedido de ser Presidente da República ou Governador de Estado.

(D) Constitui princípio fundamental o dever de agirem os poderes de Estado no sentido de diminuir a desigualdade social.

(E) Um indivíduo pode propor mandado de injunção com a finalidade de obter o reconhecimento de um direito inscrito em norma constitucional não regulamentada.

17. Assinale a assertiva incorreta.

(A) A União pode praticar intervenção nos Estados, e os Estados podem intervir nos Municípios.

(B) A Federação Brasileira prevê competência de tipo administrativo (material), a ser exercida em comum, pelos entes federados, ou exclusivamente, por um deles.

(C) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado julgar o Governador do Estado, em caso de crime comum.

(D) Os Estados Federados regem-se pelas leis e constituições que adotarem, em conformidade com os princípios da Constituição Federal.

(E) A República Federativa do Brasil comporta a existência de entes de direito público interno, sem direito de secessão.

18. Assinale a assertiva incorreta.

(A) Ao Poder Legislativo, por uma de suas casas, compete julgar o Presidente da República e os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em caso de crime de responsabilidade.

(B) Os decretos exarados pelo Presidente da República devem estar em conformidade com as leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

- (C) Os Tribunais Superiores têm iniciativa de projetos de leis ordinárias e complementares.
- (D) A participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos públicos para Juiz Substituto é obrigatória.
- (E) O Chefe do Executivo pode apor veto a projeto de emenda à Constituição, aprovada pelo Legislativo, se o considerar inconstitucional.

19. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) Os Juízes togados singulares não podem declarar a inconstitucionalidade das leis nacionais.
- (B) O Presidente da República pode apor veto a projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, com fundamento em inconstitucionalidade.
- (C) A Constituição Federal não prevê possibilidade de ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal que a ofenda.
- (D) O controle concentrado da constitucionalidade pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (E) O Senado Federal tem a competência de suspender a execução de lei declarada inconstitucional em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

20. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) Para fins de interesse social, a União pode desapropriar, pagando indenização com títulos da dívida pública.
- (B) Ressalvadas as exceções expressas, a exploração direta da atividade econômica só pode ser exercida pelo Poder Público por motivo de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.
- (C) A assistência é direito social que se constitui mediante contribuição do beneficiário.
- (D) Os direitos individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal não podem ser objeto de proposta de emenda à Constituição tendente a aboli-los.
- (E) O Governador do Estado não pode decretar o estado de sítio, face à competência exclusiva atribuída à União.

21. São consideradas pessoas jurídicas de direito privado

- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (B) as autarquias e os partidos políticos.
- (C) as sociedades irregulares e as sociedades de fato.
- (D) as associações de utilidade pública autorizadas pelo governo, ainda que sem registro de seus estatutos ou atos constitutivos.
- (E) as autarquias municipais que funcionam com autorização e sob fiscalização do governo federal.

22. Segundo o sistema de nulidades do Código Civil,

- (A) o ato nulo pode ser ratificado pelas partes.
- (B) o ato anulável pode ser considerado como tal pelo Juiz, de ofício.
- (C) o ato anulável só pode ser assim considerado quando julgado por sentença.
- (D) qualquer pessoa pode alegar que um ato é nulo.
- (E) uma vez reconhecido, por sentença, que um ato é anulável, tal declaração aproveita mesmo aos que não alegaram a invalidade.

23. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) A condição é a cláusula, derivada exclusivamente da vontade das partes, que subordina a eficácia ou a resolução do ato jurídico a acontecimento futuro e incerto.
- (B) As condições puramente potestativas são admitidas desde que expressas no contrato.
- (C) Em regra, os direitos de família não admitem a estipulação de condição.
- (D) O evento futuro e incerto, erigido como condição, só será assim considerado se a incerteza for para todos e não só para o declarante.
- (E) São consideradas ilícitas as condições que estabelecem uma vantagem para o cumprimento do ato vedado ou pena pela prática de ato lícito.

24. Assinale a assertiva correta.

- (A) Em face do disposto no art. 179 do Código Civil, todos os direitos (e as ações respectivas) estão sujeitos a prazos de prescrição ou de decadência.
- (B) A exceção de nulidade sempre prescreve no mesmo prazo da ação anulatória.
- (C) São válidas a renúncia e a interrupção apenas da prescrição consumada.
- (D) A prescrição não pode ser interrompida pelo protesto cambial.
- (E) Estão sujeitas à decadência as ações condenatórias e as constitutivas com prazo especial previsto em lei.

25. Considere as assertivas abaixo.

- I - Tendo A emprestado a B quinze sacos de semente de soja, sobreveio imprevista inundação que destruiu o produto que estava no depósito de B. Mesmo assim, B está obrigado a satisfazer sua dívida.
- II - Na obrigação de dar coisa certa, o devedor só poderá ser obrigado a entregar outra se for de menor valor.
- III - O devedor de obrigação divisível, para pagar toda a prestação a um só dos múltiplos credores, deve exigir dele caução de ratificação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

26. Assinale a assertiva correta.

- (A) Comutativo é o contrato em que ambas as partes manifestam seu consentimento.
- (B) É característica das arras confirmatórias o direito de arrependimento.
- (C) Num contrato de mútuo de dinheiro em que não figure instituição financeira, o limite legal para estipulação de taxa de juros remuneratórios é de 6% ao ano.
- (D) Na fiança, a renúncia ao benefício de ordem implica que cada um dos fiadores responde pela dívida toda.

(E) No contrato com cláusula de alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei nº 911/69), é nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

27. Considere as assertivas abaixo.

I - Mesmo que o réu de processo criminal tenha sido absolvido por ter restado provado que o fato praticado não constitui crime, poderá a vítima obter indenização dos prejuízos sofridos.

II - A, em legítima defesa de agressão perpetrada por B, desferiu tiros, matando B e também C, que passava pelo local. Assim, nenhuma das duas viúvas tem direito à indenização.

III - Praticando o menor, com 17 anos de idade, ato ilícito culposo, apenas seu responsável estará obrigado a indenizar o dano resultante.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

28. Assinale a assertiva correta.

(A) Adquirirá o domínio da coisa móvel o que a possuir como sua, sem interrupção nem oposição durante 5 (cinco) anos.

(B) O proprietário do veículo furtado pode reavê-lo de quem o detiver, ainda que este esteja de boa-fé.

(C) O direito à percepção dos frutos do bem sobre o qual existe usufruto é do nu-proprietário.

(D) A hipoteca não abrange as acessões do imóvel.

(E) O dono do imóvel hipotecado não pode constituir sobre ele nova hipoteca em favor de outro credor.

29. Assinale a assertiva correta.

(A) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias úteis e necessárias e não lhe assiste o direito de retenção pelo valor delas.

(B) Os donos dos imóveis por onde se estabelece a passagem para o imóvel encravado têm direito à indenização do prejuízo, limitada à avaliação fiscal da área atingida.

(C) Aquele que desfruta de servidão de trânsito pode defendê-la por ação possessória.

(D) Somente após um ano da instituição do condomínio, poderá qualquer condômino exigir a divisão da coisa comum.

(E) Qualquer condômino pode, unilateralmente, instituir direito real de garantia sobre a totalidade da coisa comum.

30. João e Maria, após um namoro de 10 meses, casaram-se, civilmente, em abril de 1977. Perceberam, 5 meses depois, que não existia, entre eles, afeição capaz de suportar a estabilidade do casamento, razão pela qual João resolveu deixar o lar comum, levando seus objetos de uso pessoal, com plena concordância de Maria. Em consulta realizada a um advogado, em 02 de junho de 1999, Maria foi informada de que a situação fática do casal autoriza

- (A) divórcio direto litigioso.
- (B) divórcio direto consensual.
- (C) separação judicial litigiosa, após aguardar o decurso do prazo de mais um ano.
- (D) separação judicial litigiosa, por culpa do marido, de vez que foi ele quem deixou o lar conjugal.
- (E) separação judicial consensual.

31. Tratando-se de alimentos devidos em razão de parentesco,

- (A) não é possível deixar de exercer e também não é possível renunciar o direito a alimentos.
- (B) a expressão "deixar de exercer" é sinônima de "renunciar o direito a alimentos".
- (C) é possível deixar de exercer e também renunciar o direito a alimentos.
- (D) é possível deixar de exercer, mas não é possível renunciar o direito a alimentos.
- (E) não é possível deixar de exercer, mas é possível renunciar o direito a alimentos.

32. Pedro e Rosa foram casados por vários anos. Vindo um deles a falecer, é incorreto afirmar que o sobrevivente

- (A) terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do falecido, se este deixou filhos, sendo o regime de bens o da comunhão parcial.
- (B) será herdeiro do falecido, à falta de descendentes, ascendentes e testamento, sendo o regime do casamento o da separação obrigatória.
- (C) terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da metade dos bens do falecido, se este não deixou filhos, mas deixou ascendentes, sendo o regime de bens o da separação total.
- (D) pode ser contemplado, por testamento, com a metade disponível dos bens do falecido, qualquer que seja o regime de bens.
- (E) nunca será herdeiro do falecido, sendo o regime de bens o da separação total.

33. Assinale a assertiva correta.

- (A) O patrão que tiver um neto, maior e capaz, como empregado, se for obrigado a indenizar dano provocado por este empregado a terceiro (art. 1521, III, Código Civil), não terá contra ele direito de regresso.
- (B) Se três forem os autores do ato ilícito, cada um responderá por 1/3 (um terço) da indenização.
- (C) O profissional liberal fornecedor de produtos responde subjetivamente pelos danos que causar ao consumidor.
- (D) Como o dano moral consiste em sofrimento físico ou psíquico, não pode a pessoa jurídica pleitear reparação.
- (E) Na ação acidentária movida pelo empregado contra o empregador, aquele terá que provar dolo ou culpa grave deste.

34. Juan aforou ação de divórcio contra Mercedes, na República Oriental do Uruguai. Posteriormente, Mercedes mudou-se para o Brasil e, estando ainda em andamento aquela ação de divórcio, Juan entendeu de reiterar o pedido de divórcio em Porto Alegre, onde Mercedes passou a residir e fixou domicílio. Neste caso, o Juiz

- (A) acolhe a exceção de litispendência oposta por Mercedes, com base no art. 301, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil brasileiro.
- (B) rejeita as exceções e preliminares e designa audiência de conciliação (art. 331, *caput*, do Código de Processo Civil brasileiro).
- (C) extingue o processo sem julgamento do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido.
- (D) acolhe a exceção de incompetência oposta por Mercedes, com base no princípio da *perpetuatio jurisdictiones*.
- (E) extingue o processo sem julgamento do mérito, por falta de interesse processual do autor.

35. No sistema jurídico brasileiro, em que hipótese pode o Juiz apreciar fato constante dos autos não alegados pelas partes?

- (A) Em nenhuma hipótese.
- (B) Sempre.
- (C) Somente se o fato decorrer de documento juntado pelo autor.
- (D) Somente se o fato for secundário ou acessório.
- (E) Somente para desacolher o pedido inicial.

36. O autor cumula no mesmo processo ação de ressarcimento de danos materiais contra a União e o Estado do Rio Grande do Sul. A demanda é ajuizada no Justiça Federal, circunscrição do Rio Grande do Sul. Neste contexto, o Juiz

- (A) determina o processamento de ambas as ações cumuladas.
- (B) indefere a inicial por não ser admissível a cumulação.
- (C) determina tome o autor as providências necessárias para sanear o processo.
- (D) determina o prosseguimento apenas da ação contra a União.
- (E) extingue o processo por não estarem presentes os pressupostos processuais.

37. Tício, inquilino de Caio, propõe contra este ação de procedimento ordinário, visando a se ressarcir de danos pessoais causados, segundo alega, por agressão física do locador. Caio não contesta a ação a tempo (a peça não foi entregue em cartório por erro do escritório de seu advogado), mas ingressa atempadamente com reconvenção, alegando infração do regulamento interno do edifício por Tício, em virtude de comportamento escandaloso deste no episódio e, por conseguinte, afronta ao contrato de locação, que o obrigava, pedindo em consequência o despejo do locatário. Neste caso, o Juiz

- (A) não aceita a reconvenção porque não houve contestação.
- (B) não admite a reconvenção porque a causa de pedir de ambas as ações não coincide.
- (C) admite a reconvenção, entendendo estarem preenchidos os pressupostos do art. 315 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.
- (D) não admite a reconvenção porque ela não tem o mesmo procedimento da ação.

(E) não admite a reconvenção porque entende não coincidirem os pedidos de ambas as demandas.

38. Assinale a assertiva correta.

(A) Reconhecida a incompetência pelo próprio Juiz, os autos são encaminhados ao Juiz competente.

(B) Julgando-se incompetente para a causa, o Juiz extingue o processo sem julgamento do mérito.

(C) A incompetência absoluta deve ser postulada em autos próprios.

(D) A incompetência territorial pode ser declarada de ofício.

(E) Suscitada a incompetência do Juiz, deve ele, desde logo, se dar por suspeito.

39. Assinale a assertiva correta.

(A) O princípio dispositivo impede o Juiz de determinar diligências probatórias.

(B) Se Pedro apresenta, num processo movido contra Paulo, um documento por este assinado e Paulo contesta a assinatura, o ônus da prova cumpre a Pedro.

(C) O sistema de avaliação da prova no processo civil brasileiro é o da convicção íntima.

(D) A prescrição da dívida, uma vez evidente, é óbice à concessão do arresto.

(E) O prazo do art. 806 do Código de Processo Civil é de prescrição.

40. Assinale a assertiva correta.

(A) A apelação no processo cautelar é recebida no duplo efeito.

(B) Da decisão que julga o incidente de falsidade documental processado no curso da instrução, o recurso próprio é o de apelação.

(C) A apelação da sentença que julga improcedentes embargos do devedor é recebida no duplo efeito.

(D) Da decisão que, nos autos da causa, nega a gratuidade da justiça, o recurso adequado é o de apelação.

(E) O prazo para o recurso do terceiro prejudicado é o mesmo das partes.

41. Assinale a assertiva correta.

(A) A ausência de impugnação aos embargos oferecidos em ação monitória equivale à revelia.

(B) A ação possessória é viável para assegurar o direito de passagem forçada.

(C) O pedido de reconsideração interrompe o prazo para o agravo de instrumento.

(D) Só se admitem embargos de declaração contra decisão de Câmara do Tribunal de Justiça, se não for unânime.

(E) O assistente técnico das partes deve apresentar seu laudo no mesmo prazo conferido para tanto ao perito.

42. A penhora, na execução de títulos, constitui

(A) questão de mérito.

(B) condição de legitimidade da relação processual.

(C) mero requisito de regularidade processual.

(D) pressuposto de desenvolvimento válido da relação processual.

(E) condição da ação.

43. Para a concessão de antecipação de tutela nas ações possessórias de força nova, exige-se

- (A) *fumus boni iuri e periculum in mora*.
- (B) verossimilhança do dano emergente.
- (C) verossimilhança da posse e da agressão alegadas.
- (D) relevância do fundamento do fato deduzido.
- (E) prova documental da posse alegada.

44. O saneamento do processo constitui

- (A) decisão interlocutória que desafia o recurso de agravo.
- (B) acolhimento das preliminares de defesa processual deduzidas pelo réu.
- (C) deferimento da prova requerida pelas partes.
- (D) fixação dos pontos controvertidos da lide.
- (E) despacho ordinatório.

45. Assinale a assertiva correta.

- (A) O revel não pode se manifestar nos autos.
- (B) A revelia acarreta a procedência da ação em cujo processo for declarada.
- (C) Sempre que o réu não contestar a ação, haverá o efeito da revelia.
- (D) Ocorrendo revelia, o autor poderá alterar o pedido.
- (E) O revel poderá intervir em qualquer fase do processo.

46. Abstração é uma das características fundamentais dos títulos de crédito. Sobre ela são feitas as assertivas abaixo. Assinale a correta.

- (A) Uma vez criado, o título tem vida própria, não podendo ser discutida sua origem.
- (B) A abstração se dá com eficácia plena no endosso dos chamados títulos abstratos por natureza (por exemplo: letra de câmbio, nota promissória, cheque), não ocorrendo nos títulos causais (por exemplo: duplicata mercantil), em que é sempre possível discutir a *causa debendi*, que transparece no próprio título.
- (C) A cláusula "não à ordem" retira do título a abstração, fazendo com que qualquer transferência se dê com os efeitos de cessão ci-vil.
- (D) Os títulos concretos não são endossáveis, porque não são dotados de abstração.
- (E) São invocáveis perante o terceiro endossatário de boa-fé quaisquer relações pessoais do devedor com os portadores anteriores.

47. A respeito de cheque, assinale a assertiva correta.

- (A) Não perde a eficácia, mesmo depois de expirado o prazo de apresentação, e será pago desde que não esteja prescrito e o correntista possua fundos.
- (B) É impossível aval ao endossante do cheque.
- (C) Consignadas várias vezes as quantias em algarismos e por extenso e sendo díspares, prevalece a quantia por extenso que for menor.
- (D) Ocorre a prescrição no cheque 6 (seis) meses a contar da apresentação.
- (E) A data não é requisito formal essencial no cheque, porque ele se constitui em ordem de pagamento à vista.

48. Assinale a assertiva correta em matéria de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

- (A) Os bens particulares dos sócios não respondem por débitos da sociedade.
- (B) O sócio responde pessoal e ilimitadamente, em caso de falência, se as quotas não estiverem integralizadas, mesmo que as suas estejam.
- (C) Os sócios que derem nome à firma respondem com seu patrimônio particular pelo débitos da sociedade, quando forem resultado de sua atuação como gerentes.
- (D) O sócio de indústria não responde, em qualquer caso, com seu patrimônio particular.
- (E) Em caso de falência, todos os sócios devem devolver as quantias retiradas no último exercício.

49. Assinale a assertiva correta, considerando uma sociedade por ações.

- (A) As companhias não podem negociar com as próprias ações, salvo operações de resgate, reembolso ou amortização, previstas em lei.
- (B) Os estatutos sociais, uma vez aprovados por Assembléia Geral, convocada especialmente para tanto, podem prever a emissão de ações ao portador.
- (C) O acionista controlador, seja ele pessoa física ou jurídica, responde sempre pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.
- (D) A ação é indivisível, não podendo pertencer a mais de uma pessoa.
- (E) A debênture deverá gozar sempre de direito de preferência.

50. Em matéria de falência, assinale a assertiva correta.

- (A) Em caso de falência do espólio, o inventariante terá responsabilidade igual à do síndico.
- (B) Os contratos de empresa falida não se resolvem pela falência, podendo ser executados pelo síndico, se for conveniente para a massa.
- (C) São revogáveis os atos praticados em fraude a credores.
- (D) É anulável o pagamento de dívida não vencida realizado pelo devedor no termo legal da falência.
- (E) O advogado que seja procurador do síndico na falência não poderá buscar pagamento de honorários junto à massa.

51. Em matéria de duplicata mercantil, assinale a assertiva incorreta.

- (A) É considerado abusivo o saque de duplicata mercantil para a cobrança de juros e correção monetária, não pagos em cartório quando do resgate da duplicata de compra e venda mercantil encaminhada para protesto.
- (B) O sacado deve devolver a duplicata em até 10 (dez) dias a contar da apresentação, por uma das razões do art. 8º da Lei nº 5.474, de 18.07.68, para ilidir a execução com base no art. 15, II, da referida lei
- (C) O avalista da duplicata é equiparado àquele cujo nome indicar; na falta de indicação, àquele abaixo de cuja firma lançar a sua; fora desses casos, ao comprador.
- (D) Vencida a duplicata aceita, desnecessário é o protesto para assegurar direito de ação frente ao avalista do aceitante, contanto que a ação seja proposta em até 1 (um) ano a contar do vencimento.

(E) É passível de anulação a duplicata sacada sem que corresponda a uma efetiva prestação de serviços, em especial se inexistente contrato escrito do ajuste dos serviços e do preço.

52. Uma das seguintes assertivas contraria regra do Código Tributário Nacional. Assinale-a.

(A) A obrigação tributária é principal ou acessória. A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

(B) A restituição de tributo vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

(C) A definição legal do fato gerador é interpretada levando-se sempre em conta a validade jurídica dos atos definitivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros.

(D) Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecida, entre outras, a seguinte regra: primeiramente aos impostos, depois às taxas e por fim às contribuições de melhoria.

(E) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito.

53. Uma das seguintes assertivas contraria regra da Constituição Federal em vigor. Assinale-a.

(A) Cabe à lei complementar estabelecer, em relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

(B) É vedado aos Estados e ao Distrito Federal estabelecer, para fins do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, alíquotas diferenciadas para veículos nacionais e para veículos estrangeiros.

(C) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

(D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, vedação essa extensiva às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

(E) Sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade financeira do contribuinte.

54. É correto afirmar, à vista do que preceitua o Código Tributário Nacional, que

(A) a presunção de certeza e liquidez de que goza a dívida tributária regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

(B) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos.

- (C) a consumação da prescrição, para o sujeito ativo, implica, tão-somente, a perda do direito à ação de cobrança do seu crédito tributário, e não a perda deste.
- (D) nos tributos sujeitos a lançamentos por homologação, o direito de a Fazenda Pública constituir créditos tributários não recolhidos extingue-se após 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador.
- (E) a capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída e de configurar unidade econômica ou profissional.

55. É correto afirmar, à vista do que preceitua a Constituição Federal em vigor, que

- (A) relativamente ao ICMS, apenas a não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- (B) o ICMS incidirá também sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (C) o ICMS será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (D) relativamente ao ICMS, é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas.
- (E) o ITCD terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal.

56. A ausência de comprovação do lançamento e da notificação do devedor

- (A) autoriza a extinção da execução de ofício pelo Juiz antes da citação do executado porque a notificação é obrigatória.
- (B) não autoriza a extinção da execução porque o Juiz não tem o poder de extinguir de ofício execução fiscal.
- (C) autoriza a extinção da execução porque a Certidão de Dívida Ativa só tem força executiva quando acompanhada da prova da notificação do lançamento do tributo.
- (D) não autoriza a extinção da execução porque a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção legal de certeza e liquidez só ilidida por prova inequívoca a cargo do sujeito passivo ou terceiro a que aproveite.
- (E) não autoriza a extinção da execução porque a notificação do devedor da constituição do crédito tributário não é obrigatória.

57. O serviço público concedido pode ser retomado pelo poder concedente, mesmo durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévia indenização. Esta forma de retomada denomina-se

- (A) rescisão.
- (B) reversão.
- (C) expropriação.
- (D) caducidade.
- (E) encampação.

58. A alienação de bens da Administração Pública se subordina à existência de interesse público devidamente justificado. Assim, quando a alienação for de bens imóveis,

- (A) integrando o bem imóvel o patrimônio de empresa pública, há necessidade de avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência.
- (B) caracterizada a alienação como doação a outro órgão público, há necessidade de tão-somente se licitar pela modalidade de concorrência.
- (C) ocorrendo a alienação na modalidade da doação em pagamento, há necessidade de autorização legislativa e licitação para todos os órgãos da administração direta ou paraestatal.
- (D) é dispensável a licitação porque se trata de exercício de poder discricionário.
- (E) na investidura, há necessidade de prévia avaliação e licitação na modalidade de leilão.

59. A regra para que um contrato entre a Administração Pública e o particular seja válido é que tenha havido a prévia licitação. No entanto, a Lei nº 8.666/93 cria exceções a que chama de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Diante disto, assinale a assertiva correta.

- (A) É inexigível a licitação nos casos de grave perturbação da ordem.
- (B) É dispensável a licitação para o contrato de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado por critério especializado.
- (C) É inexigível a licitação para a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, desde que haja comprovação de tal exclusividade através de atestado expedido pelo órgão de comércio do local onde se realizaria a licitação.
- (D) Tanto é inexigível como dispensável a licitação para compras de hortifrutigranjeiros de valor ínfimo.
- (E) Não sendo caso expresso de dispensa ou inexigibilidade licitatória, pode a Administração Pública suprir a lacuna em nome do interesse público.

60. Quando se trata de servidor público, a Lei nº 8.112, de 11.12.90, Estatuto do Servidor Público Civil da União, Autarquias e Fundações Públicas, é parâmetro para toda Administração Pública. Neste contexto, é correto afirmar que

- (A) o concurso público será de provas ou de títulos.
- (B) a investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- (C) readaptação é o retorno à atividade do servidor aposentado.
- (D) reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade.
- (E) reintegração é o retorno do servidor estável a cargo anteriormente ocupado.

61. O ato administrativo, como manifestação de vontade da Administração Pública, admite invalidação. Neste contexto, considere as assertivas abaixo.

- I - O Poder Judiciário pode revogar o ato administrativo eivado de ilegalidade, cujo efeitos, no entanto, só cessarão após a revogação do ato.
- II - A revogação do ato administrativo, por caracterizar típico exercício de conveniência e oportunidade administrativa, é atributo exclusivo da Administração Pública.

III - A nulidade do ato administrativo pode ser declarada tanto pela Administração Pública como pelo Poder Judiciário, e os efeitos dessa nulidade retroagem à data em que o ato ilícito foi editado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

62. Os atos de improbidade administrativa são tratados pela Lei nº 8.429, de 02.06.1992. Tomando por base o conteúdo desta lei, assinale a assertiva correta.

- (A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público, por ser terceiro, não está sujeito às cominações desta lei.
- (B) É possível a transação no processo judicial que tenha por objeto atos de improbidade administrativa por se tratar de direitos disponíveis.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, adquirir, para si, no exercício de mandato, bem cujo valor seja desproporcional à evolução da renda do agente político.
- (D) A pena de suspensão dos direitos políticos pela prática de ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito é de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
- (E) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, perceber o agente público vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

63. Tomando por tema a Administração Pública, considere as assertivas abaixo.

- I - A União e as autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno; a primeira, direta, e as segundas, indiretas.
- II - Os Municípios são pessoas jurídicas públicas criadas por lei estadual.
- III - Em nome dos princípios da igualdade e do interesse público, que norteiam toda Administração Pública, o Município pode desapropriar bens do Estado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

64. A Administração Pública responde objetivamente pelos atos danosos que seus agentes, nesta condição, vierem a causar a terceiros. Diante deste princípio, considere as assertivas abaixo.

- I - O Tribunal de Justiça, órgão do Estado do Rio Grande do Sul, responde pessoalmente pelos atos danosos que seus servidores causarem a terceiros no exercício de sua atividade típica.
- II - A empresa privada prestadora de serviço público responde pessoal e objetivamente pelos atos danosos que seus empregados causarem a terceiros quando da prestação do serviço.
- III - O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, como autarquia estadual, responde pessoal e subjetivamente pelos atos danosos que seus servidores causarem a terceiros.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

65. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária tem na Lei Complementar nº 76/93 seu devido processo legal. Tomando-se por base esta lei, considere as assertivas abaixo.

- I - A desapropriação é de competência privativa da União e será precedida de decreto declaratório.
- II - A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contado da publicação do decreto declaratório.
- III - A contestação deve ser oferecida no prazo de 20 (vinte) dias e versar sobre matéria de interesse da defesa.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

66. A agrediu fisicamente a vizinha Z, do sexo feminino, maior de 21 anos, constrangendo-a à conjunção carnal. Da violência resultaram lesões em Z. Esta, contudo, negou-se a representar contra A. A este respeito, assinale a assertiva correta.

- (A) O Ministério Público denunciará por estupro, pois relativamente às lesões seria necessária a representação.
- (B) A ação penal pelo delito de estupro, no caso, é pública incondicionada, e a lesão fica absorvida.

- (C) Estupro é crime de ação penal privada. Não oferecida a queixa-crime no prazo, extingue-se a punibilidade.
- (D) Tanto o estupro quanto a lesão corporal são crimes de ação pública condicionada à representação.
- (E) A ação penal, pelo estupro, é privada; quanto às lesões, dependem de representação.

67. A, pretendendo matar B, seu desafeto, apunhala-três vezes na região dorsal. Terceiros intercedem, impedindo que o agente prossiga na agressão. Conduzido por terceiros ao pronto-socorro, é imediatamente atendido. A enfermeira, no entanto, ao invés de administrar-lhe o medicamento prescrito pelo médico plantonista, inadvertidamente aplica-lhe uma substância tóxica. Cinco horas após, inobstante os esforços dos médicos assistentes, B vem a falecer em razão de complicações provocadas pela substância aplicada. Nesta situação, o agente deverá responder por

- (A) lesão corporal.
- (B) tentativa de homicídio.
- (C) lesão corporal seguida de morte.
- (D) homicídio.
- (E) homicídio culposo.

68. Configura-se o crime de homicídio com dolo eventual quando

- (A) o resultado morte da vítima decorrer da conduta de agente que, supondo que o resultado não ocorreria, se arrisca a produzir o evento, sabendo que descumpra norma de cautela.
- (B) o evento morte da vítima for causado por conduta em que o agente, mesmo prevendo o resultado, supõe levemente que este não irá ocorrer.
- (C) o resultado morte da vítima tenha decorrido de comportamento de agente que tinha condições de prever o evento, mas que deixa de alcançar essa previsão, por descaso, ao manejar objeto de potencial ofensivo.
- (D) o resultado morte da vítima for aceito pelo agente.
- (E) embora tenha o agente aceitado o resultado morte da vítima, ao praticar a conduta, este não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.

69. O agente que, para salvar a si e a seu filho, de naufrágio acidental, corta a corda que segurava a única bóia salva-vidas ao barco que afundava, enquanto sua esposa, que nela se agarrava, afoga-se, comete ilícito?

- (A) Não. Encontrava-se em estado de necessidade.
- (B) Sim. Responde por homicídio preterdoloso.
- (C) Não. Encontrava-se em legítima defesa própria e de terceiro.
- (D) Sim. Responde por homicídio culposo.
- (E) Não. Encontrava-se em exercício regular de seu direito à vida.

70. Considere as assertivas abaixo.

- I - Apresenta-se o concurso formal homogêneo quando os resultados são idênticos.
- II - O concurso formal imperfeito só é possível nos crimes dolosos.
- III - Apresenta-se o concurso formal imperfeito (ou impróprio) quando os desígnios são autônomos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

71. Segundo o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é crime vender ou entregar à criança ou adolescente produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida. Conclui-se que a venda de cocaína a adolescente

- (A) enquadra-se neste dispositivo e não na Lei nº 6.368/76.
- (B) faz o agente incidir no art. 243 do ECA e no art. 12 da Lei nº 6.368/76, em concurso formal.
- (C) enquadra-se no art. 12 da Lei nº 6.368/76 e não no ECA.
- (D) somente se enquadra no ECA se o adolescente utilizar a substância; caso contrário, o agente incide no art. 12 da Lei nº 6.368/76.
- (E) enquadra-se no art. 218 do Código Penal.

72. Concernentemente à retroatividade das leis penais, são feitas as assertivas abaixo.

I - Ninguém pode ser punido por fato que lei penal deixar de considerar crime.

Perdura, no entanto, a obrigação de o agente reparar o dano causado como efeito da sentença condenatória.

II - A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

III - A alteração do complemento da lei penal em branco que possui caráter temporário ou excepcional não retroage, deixando, assim, de beneficiar o agente.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

73. Assinale a assertiva correta.

(A) Se o agente erra quanto a elemento essencial do tipo, o dolo deixa de configurar-se. Se o erro é invencível, o fato é tipicamente culposos, cabendo desclassificação do tipo mais grave para tipo menos grave.

(B) Se o agente erra, supondo situação de fato que, se existente, tornaria legítima sua conduta, a pena pode ser diminuída caso o erro derive de culpa.

(C) Se o agente, em sua conduta, erra quanto a elemento essencial do tipo, o dolo deixa de configurar-se. Se o erro é vencível, o agente pratica crime culposos, caso previsto

em lei. Se invencível, o agente pratica fato atípico, pois fica caracterizada a ausência de dolo e de culpa.

(D) Se o agente erra, por falta de maiores cautelas e cuidados, quanto aos limites de causa de exclusão de ilicitude, o Juiz pode diminuir a pena, mantendo a classificação no mesmo tipo penal aplicável caso o erro não ocorresse.

(E) Quando um determinado Código Penal estabelece que as excludentes putativas afastam a culpabilidade, pode concluir-se que esse Código adota a teoria limitada da culpabilidade.

74. Assinale a assertiva correta.

(A) O perdão judicial é causa extintiva de punibilidade que incide sobre a pretensão punitiva.

(B) O perdão judicial implica reconhecimento de culpabilidade do agente, sendo condenatória a sentença.

(C) O casamento da ofendida com terceiro, celebrado entre a condenação de primeiro grau e o julgamento da apelação, em caso de estupro não violento praticado contra menor com 13 anos de idade, extingue a punibilidade da pretensão executória.

(D) Anistia, graça e indulto são causas que extinguem apenas a punibilidade da pretensão executória.

(E) Não extingue a punibilidade o casamento do agente de estupro com a ofendida grávida de dois meses ao tempo do fato, gravidez desconhecida pelo ofensor e que resultou em aborto decorrente da violência empregada.

75. Assinale a assertiva correta.

(A) Ao reincidente específico sempre será imposto o regime fechado.

(B) Ao reincidente genérico sempre será imposto o regime semi-aberto.

(C) Imposta pena de detenção, sendo reincidente o condenado, o regime será o fechado.

(D) O regime aberto aplica-se somente às penas de detenção.

(E) Imposta pena de detenção, somente será possível o regime fechado em caso de regressão.

76. O crime de exercício ilegal da medicina (art. 282 do Código Penal) é

(A) permanente.

(B) habitual.

(C) continuado.

(D) de ação múltipla.

(E) de consumação instantânea.

77. Assinale a assertiva correta.

(A) Fala-se em participação dolosamente distinta, quando alguém, A, colabora para a conduta materialmente típica de B, sendo que A realiza uma atuação que, além de típica quanto aos elementos objetivos, apresenta, também, uma unidade subjetiva em relação ao agente da conduta típica, B.

(B) Havendo elemento subjetivo único, na conduta de dois partícipes, há de falar-se em participação dolosamente distinta, quando A e B contribuem para um único resultado.

- (C) Quando se fala em co-autoria, pode-se afirmar que os dois agentes do fato típico, A e B, que se conduzem com dolos diversos, atuaram concorrendo materialmente para o resultado.
- (D) A diminuição de pena prevista no § 1º do art. 29 do Código Penal diz respeito apenas à participação dolosamente distinta, sendo inaplicável ao co-autor.
- (E) Configura a co-autoria a conduta de quem, A, colabora para a conduta de um agente de atuação materialmente típica, B, quando esse alguém, A, pratica um comportamento que, embora não típico, ingressa na relação causal com o mesmo elemento subjetivo do agente direto quanto aos elementos do tipo penal.

78. Presente a semi-imputabilidade,

- (A) a pena pode ser reduzida de um a dois terços.
- (B) a pena pode ser reduzida de um terço até metade.
- (C) será imposta medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.
- (D) a pena pode ser substituída somente por internação.
- (E) a pena será substituída por internação ou tratamento ambulatorial.

79. Segundo o art. 594 do Código de Processo Penal, "o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto". Na condenação do réu, por roubo, em que é reconhecida a reincidência, nada consignando o Juiz, na sentença, sobre a necessidade da prisão,

- (A) de qualquer modo, só poderá o réu apelar depois de recolher-se à prisão.
- (B) para evitar o recolhimento, deverá a defesa ingressar com embargos declaratórios.
- (C) o acusado permanecerá em liberdade.
- (D) para evitar o recolhimento, o réu deverá solicitar arbitramento de fiança.
- (E) para evitar o recolhimento, o réu deverá interpor recurso de apelação.

80. Considere as assertivas abaixo.

I - Não tem o Juiz de Direito competência ou o Promotor de Justiça atribuição para requisitar da autoridade policial local a instauração de inquérito policial objetivando a apuração de fatos criminosos que envolvam a atividade privada do Prefeito, enquanto o envolvido estiver no exercício do cargo.

II - O inquérito policial tem por objetivo a apuração de fato que constitui infração penal e respectiva autoria e destina-se a servir de base à propositura da ação penal ou à adoção de providências cautelares. Às Comissões Parlamentares de Inquérito compete apurar fatos relacionados com as atribuições parlamentares dos órgãos que as instituírem, não lhes competindo apurar crimes nem puni-los. Quando no curso de uma investigação parlamentar, todavia, for deparado fato caracterizador de improbidade administrativa ou infração penal, dele dará conhecimento a Comissão ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

III - Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito policial ou a ação penal tenham sido instaurados após o término do exercício funcional.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I

- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

81. O procedimento sumaríssimo (Lei nº 9.099/95), no Juizado Especial Criminal,

- (A) aplica-se às contravenções penais e a todos os crimes cuja pena máxima não seja superior a 1 (um) ano.
- (B) autoriza, sempre, a proposta de transação penal.
- (C) admite a citação por edital.
- (D) tem como titular da ação penal apenas o Ministério Público.
- (E) tem marcado o prazo de 10 (dez) dias para o recurso de apelação.

82. O réu condenado por crime doloso teve a pena privativa de liberdade substituída por multa. Transitada em julgado esta primeira sentença, praticou, um ano depois, crime da mesma espécie. Sendo todas as circunstâncias judiciais e legais favoráveis, foi aplicada pena definitiva de um ano e oito meses de reclusão. É possível o Juiz, face à condenação anterior, suspender condicionalmente a pena?

- (A) Não. O réu tem direito à substituição por pena restritiva de direitos.
- (B) Não. Sendo reincidente em crime doloso, é vedado o benefício.
- (C) Sim. A condenação substitutiva anterior não impede o benefício.
- (D) Não. A reincidência só permite o regime aberto.
- (E) Sim. Porém o período de suspensão da execução é aumentado em até 6 (seis) anos.

83. Antônio Carlos, doente mental, matou João Lopes com um golpe de faca. Foi instaurado o incidente de insanidade mental, tendo o laudo do Instituto Psiquiátrico Forense concluído ser o denunciado inimputável, enquadrando-o no art. 26, caput, do Código Penal. Face à sua condição, nada disse quando ouvido, tanto na polícia quanto em juízo. Entretanto, uma testemunha presencial disse ter sido o réu agredido com uma paulada na cabeça antes de matar a vítima com uma facada, fato confirmado pelo dono do bar onde o crime ocorreu. O Juiz deve

- (A) prolatar sentença de absolvição sumária, por ser o réu doente mental, com aplicação de medida de segurança.
- (B) prolatar sentença de absolvição sumária, por ter o réu agido em defesa legítima, sem aplicação de medida de segurança.
- (C) pronunciar o réu para que o Júri aprecie a tese defensiva da legítima defesa.
- (D) impronunciar o réu por ser ele doente mental e por ter mantido silêncio.
- (E) impronunciar o réu por ser ele doente mental, fato comprovado por laudo conclusivo do Instituto Psiquiátrico Forense.

84. Após a qualificação da testemunha, o Promotor de Justiça arguiu a amizade íntima desta com o réu, dizendo-a suspeita e indigna de fé. O Juiz, então, interpela a testemunha, que confirma a circunstância da amizade íntima. Em tal situação, o Juiz deve

- (A) tomar o compromisso da testemunha e inquiri-la normalmente.
- (B) dispensar a inquirição, excluindo a testemunha.

- (C) indeferir o compromisso e inquirir a testemunha.
- (D) ouvir o defensor e, se este concordar, determinar a substituição da testemunha.
- (E) consultar a testemunha para saber se deseja depor; recusando, será dispensada.

85. Considere as assertivas abaixo.

- I - O inquérito policial deve ser concluído em 10 (dez) dias, estando preso o indiciado, em razão de flagrante ou de execução de ordem judicial de prisão, ou em 30 (trinta) dias no caso de prisão temporária decorrente de envolvimento do indiciado em crime hediondo.
- II - Vereador devidamente diplomado pela Justiça Eleitoral não pode ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável praticado na circunscrição de seu Município.
- III - Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o inquérito policial pode ser substituído por termo circunstanciado elaborado pela autoridade policial.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

86. Na ação penal por crimes de tóxicos (Lei nº 6.368/76),

- (A) o laudo de constatação serve apenas para a lavratura do auto de prisão em flagrante e oferecimento da denúncia.
- (B) não existe previsão para um despacho saneador.
- (C) o réu poderá arrolar até 8 (oito) testemunhas.
- (D) o exame de dependência suspende o processo e o curso do prazo prescricional.
- (E) a ausência do exame de dependência é causa de nulidade absoluta.

87. Maria Joana matou seu filho, logo após o parto, por estar sob a influência do estado puerperal, o qual, na instrução criminal, não restou comprovado. O Juiz, sem qualquer providência processual, deve

- (A) pronunciar a ré por infanticídio.
- (B) pronunciar a ré por homicídio, com base no art. 408, parágrafo 4º, do Código de Processo Penal.
- (C) desclassificar o fato e dar vista ao Ministério Público para aditar a denúncia por homicídio simples.
- (D) absolver sumariamente a ré pelo infanticídio.
- (E) impronunciar a ré pelo infanticídio.

88. As testemunhas, em regra, prestam o compromisso legal de dizer a verdade, na forma do art. 203 do Código de Processo Penal. Excetua-se, entre outros,

- (A) os menores de 21 anos e maiores de 16 anos, em qualquer hipótese.
- (B) os menores de 21 anos e maiores de 16 anos, a não ser quando assistidos por curador.
- (C) os menores de 18 anos.
- (D) os menores de 14 anos.

(E) os deficientes auditivos.

89. O recurso em sentido estrito

- (A) serve apenas para atacar decisão interlocutória.
- (B) tem prazo de 3 (três) dias para ser proposto.
- (C) não comporta modificação pelo próprio Juiz da decisão.
- (D) tem prazo de 5 (cinco) dias para ser proposto.
- (E) admite retratação da retratação.

90. A ação penal por crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65)

- (A) é pública condicionada à representação.
- (B) permite a transação penal em função da pena cominada.
- (C) permite ao réu, logo após o interrogatório ou no prazo de 3 (três) dias, oferecer defesa prévia.
- (D) se desenvolve de acordo com as regras do procedimento sumaríssimo, pois tal delito é de menor potencial ofensivo.
- (E) permite que sejam arroladas 5 (cinco) testemunhas.

GABARITO

01.E	02.A	03.B	04.B	05.C	06.D	07.C	08.E	09.D	10.A
11.B	12.E	13.D	14.B	15.D	16.A	17.C	18.E	19.A	20.C
21.A	22.C	23.B	24.D	25.A	26.E	27.A	28.B	29.C	30.E
31.D	32.E	33.A	34.B	35.D	36.D	37.C	38.A	39.B	40.E
41.B	42.D	43.C	44.A	45.E	46.E	47.A	48.B	49.C	50.C
51.D	52.C	53.E	54.A	55.B	56.D	57.E	58.A	59.C	60.B
61.D	62.E	63.D	64.B	65.A	66.B	67.B	68.D	69.A	70.E
71.C	72.D	73.C	74.A	75.E	76.B	77.E	78.A	79.C	80.D
81.E	82.C	83.B	84.A	85.C	86.A	87.B	88.D	89.D	90.E